



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

**Resolução Nº. 198/2008**

**Sessão:** 43ª Sessão Ordinária de 8 de maio de 2008

**Processo Nº:** 1/4515/2006

**Auto de Infração Nº:** 1/200622744

**Recorrente:** CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

**Recorrido:** BRUNO DA COSTA CAUAS

**Relatora:** MAGNA VITÓRIA G.L.MARTINS

**EMENTA: ICMS – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.** Não apresentação pelo contribuinte, no prazo regulamentar, da Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF. Configurado nos autos o descumprimento da Obrigação Acessória. Auto de Infração julgado **PARCIAL PROCEDENTE**, em virtude da redução do quantum notificado. Penalidade aplicada: art.123, inciso VI, alínea "e", item 1, da Lei nº12.670/96, alterada pela Lei nº. 13.633/2005. Recurso oficial conhecido e desprovido. Decisão por unanimidade de votos.

**RELATÓRIO**

A empresa é acusada de não entregar à SEFAZ, no prazo regulamentar, a Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF ou outra declaração que venha a substituí-la, referente ao período de janeiro a dezembro de 2005 e janeiro a agosto de 2006.

A Autoridade Fazendária constituiu a multa por descumprimento de obrigação acessória, com arrimo no artigo 123, VI, 'b', da Lei nº. 12.670/96, alterada pela Lei nº. 13.418/2003 e Lei nº. 13.633/2005, haja vista a infringência ao Decreto 27.710/05 e à Instrução Normativa nº. 14/2005.

A intimação do Auto de Infração à Autuada foi feita através de aviso de recebimento-AR, fls.15.

Em não apresentando defesa, a Autuada tornou-se revel, conforme atesta o termo de revelia apenso aos autos, fls.18.

A Julgadora Singular, após analisar as peças constitutivas do processo, decidiu pela parcial procedência do feito fiscal, em razão da exclusão do mês de

---

Processo nº. 4515/2006

Auto de Infração nº. 2006.22744 **BRUNO DA COSTA CAUAS**

Julgamento: 08/05/2008

Relatora: Magna Vitória G. Lima Martins.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

janeiro de 2005, haja vista ainda não haver a obrigatoriedade da entrega do documento fiscal. Ademais, no que se refere aos meses de fevereiro a outubro de 2005, entendeu que, em não havendo penalidade específica para a infração, deve ser aplicada a sanção inserta no artigo 123, VIII, 'd' da Lei nº. 12.670/96, alterada pela Lei nº. 13.418/2003.

O Parecer da Consultoria Tributária nº. 695/2007 foi no sentido de confirmar a decisão singular de parcial procedência da autuação, entretanto com valores e fundamentos diversos.

É o Relatório.

**VOTO DA RELATORA**

O Auto de Infração nº. 2006.22744 de 05.10.2006 decorre da acusação de descumprimento de obrigação acessória, tendo em vista a não entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF) referente ao período de janeiro a dezembro/2005 e janeiro a agosto de 2006.

Inicialmente, reportamo-nos a legislação pertinente à matéria. O Decreto nº. 27.710, de 14 de fevereiro de 2005, institui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF), estabelecendo que as informações devam ser prestadas por contribuintes inscritos no CGF, ainda que não tenha havido movimento econômico. Determina que as normas complementares, condições, forma de apresentação e prazo de entrega da DIEF serão estabelecidos em ato do Secretário da Fazenda.

A Instrução Normativa nº. 14/2005, publicada no D.O.E, em 14/06/2005, veio regulamentar a obrigação contida no Decreto nº 27.710/2005, especificando a forma de apresentação (layout), as condições e os prazos de apresentação dos dados econômicos fiscais pelos contribuintes do ICMS, por meio da DIEF.

O seu art. 4º determina que a DIEF seja apresentada mensalmente por contribuintes enquadrados nos regimes de pagamento normal - NL - e de empresa de pequeno porte - EPP - até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao período de apuração do ICMS.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

Por outro lado, a penalidade especificada pelo não cumprimento das exigências contidas no Decreto No. 27.710/2005 foi estabelecida pela Lei nº. 13.633 de 28 de julho de 2005, com publicação no D.O.E. em 28.07.2005 e aplicabilidade a partir de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Diante da legislação tributária supracitada, esta 1ª Câmara entende que o descumprimento do dever acessório de entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF) acarreta a aplicação de uma sanção e que a exigibilidade pelo Fisco da apresentação da Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF) somente deve ocorrer a partir da publicação da Instrução Normativa nº. 14/2005(junho/2005).

No presente caso, portanto, o contribuinte não pode, em relação ao período compreendido entre julho e outubro de 2005, sofrer punição alguma, em virtude da suspensão da aplicabilidade da penalidade, por força da Lei nº. 13.633/2005.

No mérito, está comprovado nos autos o cometimento do ilícito tributário apontado na Inicial: descumprimento da obrigação acessória de remeter ao Fisco, na forma e nos prazos regulamentares, a Declaração de Informações Econômico-fiscais – DIEF, referente ao período de novembro de 2005 a julho de 2006.

É importante ressaltar que o contribuinte somente enviou as DIEF'S ao Fisco, fls.38/39, após a ciência do Auto de Infração, realizada por meio de aviso de recebimento-AR, datada de 10.10.2006, conforme fls.15 dos autos.

Desse modo, deve, portanto, ser reformada a decisão Singular, no que se refere ao período em que a penalidade deve ser aplicada, na forma retificada deste **VOTO**.

É o **VOTO**.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

**DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Período da Infração:** novembro/2005 a julho/2006

**Quantidade de Ufirces por período:** 300 UFIRCES

**Total da Multa** = 2700 UFIRCES



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

**DECISÃO**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é Recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e Recorrido BRUNO DA COSTA CAUAS.

A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente ação fiscal, no entanto, sob fundamento diverso do apontado na decisão singular, nos termos do voto da Conselheira Relatora. O Conselheiro José Sidney Valente votou pela parcial procedência do Auto de Infração em conformidade com o parecer da Consultoria Tributária constante nos autos.

**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 27 de maio de 2008.

Dulcimeire Pereira Gomes  
**PRESIDENTE**

Magna Vitória G. Lima  
CONSELHEIRA RELATORA

Vito Simon de Moraes  
CONSELHEIRO

Alfredo Rogério Gomes de Brito  
CONSELHEIRO

João Fernandes Fontenelle  
CONSELHEIRO

Maria Elineide Silva e Souza  
CONSELHEIRA

Cid Marconi Gurgel de Souza  
CONSELHEIRO

José Sidney Valente Lima  
CONSELHEIRO

Janine Gonçalves Feitosa  
CONSELHEIRA

Matheus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO